

ATA DA 112ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove de dezembro de dois mil e dezessete, realizou-se a 112ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, no auditório da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel, Av. do Contorno, 6.664, 1º andar - Bairro Santo Antônio.

Conselheiros presentes: Josué Costa Valadão (SMOBI), Patrícia de Castro Batista (SLU), Pegge Sayonara Mendes (ABES-MG), Maria Helena de Fátima Silva (AME-SF), Antônio Carlos Ferreira de Oliveira (COPASA), Cláudio Jorge Cançado (CREA-MG), Márcio Benedito Baptista (UFMG) e Rogério Pena Siqueira (Especialista).

Suplentes presentes: Ricardo de Miranda Aroeira (SMOBI), Dulce Maria Magalhães Pereira (SINARQ-MG), Manoel Marques de Azevedo (AME-SF) e Ronaldo Matias de Souza (COPASA).

Ausências justificadas: Claudius Vinicius Leite Pereira (URBEL), Daniel Rodrigues Nogueira (SMATES) e Raquel Sampaio Jacob (PUC-MINAS).

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira, iniciou a reunião, ainda sem quórum, explicando que esse encontro fecharia um pequeno ciclo de debates em relação à bacia da Pampulha. De fato, essa série de apresentações e debates ocorridos nas últimas reuniões do Conselho teve início com uma apresentação por parte do Consórcio Pampulha Viva, relatando os trabalhos desenvolvidos de recuperação e tratamento das águas da Lagoa da Pampulha. Logo na sequência, e em resposta ao deliberado pelo Conselho, foi apresentado um relatório, também produzido pelo Consórcio Pampulha Viva, com identificação de alguns aportes de cargas de poluição na Lagoa. Por último, foi viabilizada uma apresentação, por parte da equipe de fiscalização da Regional Pampulha, sobre o trabalho em desenvolvimento na bacia, no sentido de coibir lançamentos indevidos de cargas de poluentes na Lagoa da Pampulha. Em seguida, e como fechamento desse processo de discussão, o Secretário Executivo apresentou o ponto de pauta da reunião, incluindo uma apresentação, por parte da COPASA, das ações da empresa na bacia da Pampulha, nos municípios de Contagem e Belo Horizonte, além de um relatório fotográfico, produzido pelo Consórcio Pampulha Viva, retratando o comportamento da Lagoa da Pampulha desde o início do atual período chuvoso, ilustrando as influências do ciclo hidrológico na qualidade de suas águas.

O Conselheiro lembrou que a COPASA é parceira importantíssima, juntamente com o Município de Contagem, no Programa Pampulha Viva. Informou que parte da contrapartida do financiamento obtido pela PBH junto ao Banco do Brasil Viena para implementação do programa Pampulha Viva corresponde aos investimentos da COPASA na bacia. Informou ainda que a COPASA vem, ao longo dos anos, implementando diversas ações na bacia e agora, com essa ação mais intensiva, está sendo dado um salto de qualidade importante em relação à expansão do sistema de esgotamento sanitário na bacia da Pampulha. Em seguida, a palavra foi repassada ao Conselheiro Ronaldo Matias, representante da COPASA, para proceder à apresentação sobre as ações da COPASA na Bacia da Pampulha.

O conselheiro iniciou a apresentação mostrando um mapa de Belo Horizonte com as grandes bacias hidrográficas do Município e a localização das Estações de Tratamento de Esgotos - ETEs e Estações Elevatórias – EEs existentes no território municipal.

O palestrante explicou que o maior desafio da COPASA é o de convencer as pessoas a ligarem seus ramais prediais de esgoto na rede pública da Companhia. Informou ainda que está sendo realizado um processo licitatório para contratação de um trabalho de mobilização social, que contará com equipe técnica para elaboração de pequenos projetos condominiais de forma tal que a população seja convencida a se interligarem às redes públicas de esgoto. Explicou que os trabalhos serão realizados de forma integrada com as Prefeituras de Belo Horizonte e Contagem. Informou também que atualmente existe um contrato, de abrangência metropolitana, que viabiliza as ações de manutenção de interceptores com diâmetros superiores a 400 mm. A empresa contratada, sob fiscalização da COPASA, irá percorrer o caminhamento dos interceptores, de forma a viabilizar manutenções preventivas, minimizando a demanda por intervenções corretivas de caráter emergencial. Serão verificadas, por exemplo, as condições de estabilidade das obras de contenção para proteção dos interceptores, bem como ocorrências de eventuais invasões das faixas de servidão. Foram ainda mencionados e ilustrados alguns serviços de manutenção realizados na Bacia da Pampulha, incluindo: (i) Interceptor do Cinco, em Contagem; (ii) Estação Elevatória no Bairro Pindorama; (iii) Interceptor da margem esquerda da Lagoa da Pampulha. O palestrante informou ainda que se encontra em fase final o processo licitatório para contratação dos serviços de desassoreamento do interceptor da margem direita da Lagoa da Pampulha, e que será licitada a 3ª etapa do Programa Caça Esgoto até fevereiro de 2018. Foi ainda mencionado o andamento das providências para atendimento à solicitação da PBH, de desativação do trecho do interceptor da margem esquerda da Lagoa da Pampulha, que passa pela ombreira da Barragem. Para tal, serão implantadas duas elevatórias e reverter os esgotos para a Bacia do Córrego Vilarinho. Apresentou também algumas fotos da ETAF e explicou o método de tratamento utilizado na Estação. Em seguida o palestrante explanou sobre o PRECEND – Programa de Recebimento e Controle de Efluentes Não Domésticos, que é um programa da COPASA em todos os locais nos quais a empresa tem a concessão dos serviços de esgotamento sanitário com Estações de Tratamento de Esgotos implantadas. O Programa busca dar uma destinação adequada para os esgotos industriais. Especificamente na Bacia da Pampulha existem 167 indústrias (100 na Bacia do Córrego Sarandi, 42 na Bacia do Córrego Ressaca e 25 em outras bacias), sendo que apenas 2 não lançam seus efluentes na rede da COPASA. Os principais objetivos do PRECEND são: (i) reduzir os riscos relacionados à saúde dos trabalhadores que lidam com o sistema público de esgoto; (ii) assegurar a integridade das tubulações (proteção contra corrosão, incrustação e obstruções); (iii) evitar a ocorrência de efeitos inibidores e/ou tóxicos aos processos de tratamento biológico; (iv) evitar a ocorrência de explosões e inflamabilidade; (v) regularizar o estabelecimento perante o órgão ambiental; (vi) garantir o atendimento aos padrões legais referentes às características do efluente final e lodo produzido nas ETE's; (vii) viabilizar a utilização do efluente final das ETE's para reúso. Para verificar o atendimento à norma de lançamento de efluentes no sistema público de esgotamento sanitário, as empresas cadastradas têm obrigação contratual de apresentar à COPASA o automonitoramento dos seus efluentes. A frequência de apresentação do relatório de automonitoramento é definida de acordo com o porte do empreendimento, seu potencial poluidor e risco no recebimento dos seus efluentes.

O palestrante finalizou sua apresentação citando a questão das ocupações na Bacia da Pampulha, exemplificando com a caso da Ocupação Dandara, na qual a faixa do interceptor, implantado desde 2003, foi ocupada por residências, causando o seu rompimento. A COPASA está em contato com a URBEL, que vem conduzindo o processo de solução dessa questão.

O Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira, registrou a existência de quórum e repassou a palavra ao Engenheiro Marco Antônio, representante do Consórcio Pampulha Viva, que procedeu à apresentação de um Relatório Fotográfico mostrando os diversos pontos de monitoramento das águas da Lagoa desde o início do período chuvoso, em outubro/2017 até o dia 18/dezembro/2017. Os registros fotográficos deram uma indicação de como a Lagoa vem se comportando frente às alterações do ciclo hidrológico na bacia hidrográfica.

O Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira, registrou a presença do Secretário de Obras e Infraestrutura Josué Valadão. O Conselheiro Ricardo ressaltou ainda a importância da interlocução com a COPASA, há quase dois anos, sobre diversos temas de interesse do Município de Belo Horizonte, tendo sido a Bacia da Pampulha assunto obrigatório nessas reuniões e permanente a vigilância em relação ao que está acontecendo na Lagoa da Pampulha. Explicou também que o final do período seco/início do período chuvoso são os períodos mais críticos do ponto de vista da qualidade da água da Lagoa, sendo o fim do período seco pela pouca diluição da poluição e o início do período chuvoso pela lavagem do solo da bacia hidrográfica que carrega toda sorte de poluentes para Lagoa da Pampulha e que hoje, graças ao trabalho que vem sendo executado a resposta tem sido rápida e satisfatória, com alteração para melhor da Lagoa em poucos dias. No passado, a Lagoa da Pampulha piorava até chegar ao estágio de se ter de retirar com pá massas de algas, além das gravíssimas ocorrências de mortandade de peixes. Tal fato comprova o sucesso da decisão da Administração Municipal em implementar esses trabalhos.

O Conselheiro Rogério Siqueira perguntou sobre qual seria a vazão de esgoto não coletado que ainda chega na Lagoa. Perguntou também como tem sido tratada a questão do assoreamento da Lagoa.

O Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira informou que o aporte médio de resíduos sólidos à Lagoa da Pampulha no período seco é de 10 ton/dia e que no período chuvoso esse número sobe para 20 ton/dia. Existe um contrato da SUDECAP específico para a retirada de lixo da Lagoa. Em relação ao aporte de sedimentos, em 2013/2014 foram retirados da Lagoa cerca de 850 mil m³ de terra. Atualmente, está sendo preparada uma licitação para os serviços de desassoreamento de manutenção, sendo que se estima que haja uma demanda por retirada anual de 115 mil m³ de terra da Lagoa da Pampulha. Em relação à qualidade da água da Lagoa, ela obedece ao enquadramento em Classe 3 desde o final do primeiro ano de trabalho do Consórcio. Em seguida, repassou a palavra ao Conselheiro Ronaldo Matias que informou que a vazão ainda não tratada nas bacias dos Córrego Ressaca e Sarandi, afluente à ETAF, é da ordem de 30 a 40 L/s.

O representante da Comissão COMUSA, Sr. Ernane Leandro, perguntou para quando está prevista a prática de esportes náuticos na Lagoa da Pampulha. O Sr. Ricardo Aroeira explicou que isso depende de regulamentação que determine as áreas da Lagoa da Pampulha que serão próprias para prática de esportes náuticos. Essa tarefa será assumida provavelmente pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, de forma a propor um zoneamento para utilização do espelho d'água.

O Conselheiro Manuel Marques, representante das associações de moradores, perguntou sobre a destinação dos resíduos retirados da Lagoa e sobre a existência de um instrumento capaz de obrigar o município a se interligar às redes da COPASA. O Conselheiro Ronaldo Matias explicou que o Código Sanitário é o instrumento que obriga à interligação às redes da COPASA e que esse documento tem sido

objeto de discussões da PBH e da COPASA no sentido de fortalecer essa obrigação. Falou também sobre a importância da conscientização do cidadão sobre a importância de se interligar no sistema da COPASA.

O Sr. Ricardo Aroeira informou que os resíduos que são retirados da Lagoa têm destinação adequada para o aterro sanitário, assim como todo o lixo gerado na cidade. Ressaltou também a importância dos trabalhos de educação ambiental e educação sanitária realizados pela SLU e pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, principalmente no que diz respeito à reciclagem e à minimização da geração de resíduos.

O Conselheiro Rogério Siqueira falou sobre a existência de um Projeto de Lei, de autoria do Vice-Prefeito Paulo Lamac, que autoriza as concessionárias a cortar a água daqueles que têm disponível sistema de coleta de esgoto à sua porta. Ressaltou que esse processo deve ser feito de maneira cuidadosa, de forma a não atingir aqueles que não tem condição econômica de fazer a interligação.

A Conselheira Patrícia Batista, representante da SLU esclareceu que os lançamentos clandestinos de resíduos não são uma questão de cobertura do serviço de coleta na cidade, uma vez que 100% do território é coberto pelo serviço de coleta e 96% pelo serviço de varrição. O lançamento clandestino é uma questão econômica, uma vez que é preferível lançar clandestinamente a dar o destino adequado em um aterro sanitário e/ou industrial, que precisa ser pago.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.